

Resumo de notícias econômicas

07 de Outubro de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 190

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 07 OUTUBRO DE 2021

PARCERIAS MUDAM O SETOR PÚBLICO (07/10/2021)

O Estado de S. Paulo

De parques nacionais a escolas e creches, de hospitais e prisões a redes de fibra óptica, 5.169 contratos foram assinados pelo setor público com a iniciativa privada nos últimos 10 anos e chacoalham o País, informa José Fucs. Nos últimos anos, uma transformação silenciosa, mas significativa, está chacoalhando o setor público brasileiro, conhecido pela resistência que oferece a tudo o que possa colocar em risco o status quo.

Puxada pela multiplicação das parcerias firmadas com a iniciativa privada e as organizações sociais, em linha com o que ocorreu em outros países, como Inglaterra, Estados Unidos, Irlanda e Chile, a mudança em curso está redesenhando o modelo tradicional de gestão adotado na prestação de serviços públicos, com o objetivo de melhorar os resultados entregues à população.

Embora as oportunidades abertas pelas parcerias ainda sejam relativamente desconhecidas do público e até de muitos governantes no Brasil, especialmente as que não são ligadas à área de infraestrutura, cuja visibilidade é maior, o novo modelo vem ganhando tração e conquistando trincheiras importantes em diferentes áreas da administração – de parques nacionais e urbanos a escolas e creches; de hospitais e prisões a redes de fibra óptica e programas regionais de desenvolvimento.

Segundo um estudo pioneiro sobre o tema, ao qual o Estadão teve acesso, já foram implementadas nada menos que 5.169 parcerias do gênero na esfera da União, nas 27 unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) e nas prefeituras das capitais. Intitulado “Mapa da Contratualização dos Serviços Públicos no Brasil”, o estudo compilou as parcerias realizadas nos últimos dez anos, com duração mínima de dois anos, e as organizou por região geográfica, modalidade de contrato e ramos de atividade

Com parceiro privado, governo do Piauí amplia acesso à internet (07/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Entre as parcerias firmadas pelo setor público com a iniciativa privada nos últimos anos, o projeto Piauí Conectado, um dos cinco analisados em maior profundidade pelo “Mapa da Contratualização dos Serviços Públicos no Brasil”, é um exemplo emblemático das possibilidades pelo novo modelo de gestão para a melhoria dos serviços prestados à população.

De acordo com a avaliação do estudo, a parceria público-privada (PPP) realizada pelo governo do Piauí em 2018, para instalação, operação e manutenção de uma rede pública de fibra óptica no Estado, pode ser considerada bem-sucedida se considerados os resultados apresentados até agora e os indicadores de desempenho previstos no contrato, apesar das falhas apontadas pelos órgãos de fiscalização e monitoramento do projeto. Com a parceria, o governo do Piauí, que não dispunha dos recursos necessários para implantação da rede de alta velocidade para internet, só disponível para 17,4% das residências do Estado antes da parceria, segundo uma pesquisa do IBGE, conseguiu ampliar de forma significativa o acesso em pontos públicos e em órgãos da administração estadual, escolas, unidades de saúde e bases das polícias Civil e Militar.

Ao mesmo tempo, a implantação do projeto, contratado por R\$ 214 milhões pelo prazo de 30 anos, gerou uma redução de 61,1% nos custos dos links de internet e conectividade, na comparação com outros três contratos com fornecedores e modelagens distintas existentes no âmbito da administração estadual.

Até o momento, de acordo com os relatórios do Comitê de Monitoramento e Gestão, responsável pela avaliação do serviço, a PPP já instalou 1.495 pontos de rede de fibra óptica em 101 municípios, sendo 1.301 em órgãos ligados à administração estadual e 194 em locais públicos. Os relatórios apontam ainda, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que o Piauí teve um aumento de 125% no número de cidades atendidas por rede de dados de alta qualidade entre 2018 e 2020, enquanto a cobertura nacional apresentou um crescimento de 22% no mesmo período.

Grande investidor dá voto de confiança à Hapvida (07/10/2021)

Broadcast

Apesar de a Hapvida ser alvo de denúncias por imposição do uso do kit covid (medicamentos sem eficácia contra o coronavírus) a pacientes contaminados, grandes gestores ainda não estão dispostos a renunciar a ações da operadora de plano de saúde – a primeira de capital aberto a ser envolvida no escândalo. Em tempos de muita propaganda em torno das melhores práticas ESG os profissionais que cuidam do dinheiro dos investidores passaram a ser questionados se renunciariam às ações da Hapvida, investigada pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e pelo Ministério Público, entre outros órgãos de controle. Em linha com o que pensa o mercado financeiro mais tradicional, a resposta foi não, ao menos por enquanto. Para um gestor brasileiro com ações da Hapvida no portfólio, é preciso apurar o que ocorreu, antes de qualquer decisão. Desde a pressão com que todos trabalhavam no auge da pandemia à história que os fundadores têm como médicos, bem como a proposta de criação de um plano de saúde popular e inclusivo, tudo deve ser considerado.

O fato é que a gigante do setor de saúde, que faturou R\$ 8,5 bilhões no ano passado, tem se posicionado como consolidadora do mercado. Entre suas compras recentes, estão o Promed, por R\$ 1,5 bilhão, e o Centro Clínico Gaúcho, por R\$ 1 bilhão. Além, é claro, da maior operação do ano na área a aquisição da Notredame Intermédica. O negócio deve criar uma empresa avaliada em mais de R\$ 100 bilhões, com 8,3 milhões de clientes e 84 hospitais. Para financiar as aquisições, a Hapvida recorreu ao mercado e, em emissões recentes, levantou quase R\$ 5 bilhões.

Nos primeiros dias de outubro, a ação da Hapvida caiu mais de 7%, enquanto o Ibovespa desceu 0,38%. O motivo não foram as denúncias, mas sim o fato de o negócio com a Notredame enfrentar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), após a superintendência do órgão declarar que o processo de fusão é “complexo”, e pedir mais tempo para análise.

Relator entrega parecer da reforma tributária (07/10/2021)

Broadcast

Em um acerto com governo federal, Estados e municípios, o senador Roberto Rocha entregou ontem seu parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que unifica tributos cobrados sobre o consumo. O próximo passo é a apreciação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas ainda não há previsão de data para a votação. O colegiado, presidido por Davi Alcolumbre, tem sido uma das barreiras ao avanço de pautas de interesse do governo na Casa.

Alcolumbre até agora não convocou nenhuma reunião da CCJ para esta semana e decidiu cumprir agendas em seu reduto eleitoral, o Amapá. A semana que vem ainda é marcada por feriado nacional. O presidente do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) e secretário do Piauí, Rafael Fonteles, disse que os representantes estaduais estão solicitando uma reunião com o presidente da CCJ para discutir o avanço da PEC, mas ainda não houve retorno.

Por isso, a velocidade da tramitação dessa etapa da reforma tributária é considerada incerta. Integrantes do governo reconhecem nos bastidores que, apesar do apoio e da convergência recente em torno do texto, ainda não houve sinalização de quando haverá votação na comissão.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), evitou se comprometer com prazos ou com aprovação neste ano, mas disse que levará o texto ao plenário logo após sua aprovação na CCJ. Pacheco lembrou ainda que Alcolumbre foi um dos primeiros signatários da PEC, o que sinalizaria boa vontade com o tema. O presidente do Senado reconhece que o ano pré-eleitoral dificulta o avanço de uma proposta tão sensível como uma reforma tributária, mas buscou mostrar otimismo.

Fonteles disse esperar avanços ainda este mês. “Temos esperança de que o relatório seja apreciado ainda em outubro, pelo menos na CCJ. Há uma convergência história entre União, Estados e municípios”, disse. O texto foi entregue por Rocha em um ato que contou com a presença de Pacheco, o ministro da Economia, Paulo Guedes, o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e representantes de

Estados e municípios. Embora não tenha se pronunciado publicamente nem participado da entrevista coletiva, Guedes manifestou apoio à proposta durante a reunião privada.

Na CCJ, titulares da comissão se dividem entre resistências à proposta e dúvidas sobre quando será a votação. “Sobram palavras, faltam números. Eu quero fazer conta e não tem. É muito ampla e vaga. Difícil chegar a alguma conclusão sobre essa reforma”, disse o senador Oriovisto Guimarães. A falta de apoio à reforma na Câmara também é apontada por lideranças como dificultador. O parecer adota o modelo dual do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que prevê IVA federal e outro subnacional, compartilhado por Estados e municípios. A PEC dá a base constitucional para que o IVA federal seja a própria Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), proposto pelo governo e que vai unificar o PIS e a Cofins. Já o IVA subnacional recebeu o nome de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), unificando o ICMS estadual e o ISS municipal.

A reforma do Senado também estabelece a criação do Imposto Seletivo (IS) para substituir o IPI. O novo tributo incidiria sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente e terá de ser regulamentado por lei ordinária, que definirá o prazo de transição do IPI para o Imposto Seletivo. O relator propôs uma desoneração completa de investimentos e exportações, além de garantir que a cobrança não será mais cumulativa.

Texto que estende desoneração até 2026 vai à CCJ da Câmara (07/10/2021)

O Estado de S. Paulo

O deputado Marcelo Freitas apresentou o relatório do projeto de lei que prorroga a desoneração na folha de pagamento. A medida determina que a iniciativa seja estendida até 2026 e beneficia os 17 setores que mais empregam no País. O parecer não modifica o texto aprovado pela Comissão de Tributação e Finanças da Câmara; ele apenas recomenda a aprovação do projeto.

O texto já está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como tramita em caráter conclusivo, caso seja aprovado pela comissão pode ser enviado ao Senado, sem precisar passar pelo plenário da Câmara. No entanto, deputados podem apresentar

requerimentos para fazer com que ele tenha de passar pelo plenário da Casa mesmo assim. O relator na CCJ, que considera urgente a aprovação do projeto, negocia para que isso não aconteça. Marcelo Freitas tem como meta aprovar a iniciativa para enviá-la à análise dos senadores. No seu parecer Freitas negou a inclusão de mais setores além dos atuais 17. O deputado afirmou que as emendas para incluir mais setores “ponderou que a CCJ não pode modificar o mérito do projeto. “Isso não pode ser feito em detrimento da Constituição e do ordenamento jurídico pátrio. Infelizmente, então, não há como acatá-las”, escreveu o parlamentar na justificativa do relatório.

A desoneração está em vigor desde 2011 e beneficia 17 setores que mais empregam no País, reduzindo os encargos cobrados sobre os salários dos funcionários. Pelas regras atuais, a validade da desoneração acaba no fim de 2021. Apoiadores do texto no Congresso avaliam que o governo vai vetá-lo após a aprovação pelo Poder Legislativo – situação que demandaria mais tempo para que os parlamentares analisem o veto e o derrubem, de modo a colocar a iniciativa em prática no ano que vem. Sendo assim, o Congresso tem poucos meses para evitar o fim da medida.

A ideia do projeto é trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. Hoje, essas empresas podem escolher: ou pagam 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou uma alíquota que vai de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto.

Novo marco legal para ferrovias passa no Senado (07/10/2021)

O Estado de S. Paulo

Numa vitória para a agenda de reformas do governo Bolsonaro, o Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o PL 261/2018, que cria o Marco Legal das Ferrovias. O principal avanço do texto é liberar um novo regime ferroviário no País, chamado de “autorização”. Nele, novos traçados são construídos exclusivamente pelo interesse da iniciativa privada, sem licitação.

Muito comum em países como EUA e Canadá, o modelo nasce para atender a demandas específicas dos transportes de cargas, identificadas pelos próprios produtores e empresas. Com fardo regulatório mais leve, esse regime é baseado nos

princípios da livre concorrência e da liberdade de preços – ou seja, sem intervenção do poder público na definição das tarifas.

No Senado desde 2018, o texto teve sua tramitação acelerada após o governo Bolsonaro editar uma medida provisória com conteúdo similar ao do PL. Como o movimento do Planalto irritou os senadores, um acordo prevê que o Congresso deixe a MP perder a validade após seu prazo de 120 dias. Ao fim, o que deverá valer será o texto do Legislativo, que ainda precisa passar pela Câmara. No Senado, a proposta foi relatada pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN). Desde que o governo editou a MP que libera o regime de autorização no Brasil, empresas já manifestaram interesse em construir 14 novas ferrovias. São projetos que totalizam R\$ 80,5 bilhões de investimentos previstos e 5.360 quilômetros de novos trilhos.

O tradicional modelo de concessão para ferrovias continuará existindo e é importante, por exemplo, para grandes projetos que envolvem mais de uma carga, interesses difusos e cujo traçado corta mais de um Estado. Nesses casos, há um interesse de política ferroviária por parte do Estado brasileiro, fazendo com que o esquema de concessão – com regras mais rígidas, mas também com compartilhamento de riscos com o poder público – seja mais interessante.

A proposta aprovada pelo Senado também prevê duas situações em que as atuais concessionárias poderão migrar para o novo modelo de operação ferroviária. Prates incorporou, de forma geral, as regras de adaptação de contrato previstas na MP do governo. As empresas que hoje administram concessões poderão pedir ao governo a adaptação do contrato para o regime de autorização, primeiramente, quando um traçado liberado por esse novo modelo entrar em operação e gerar concorrência.

Há uma segunda possibilidade. Nela, a migração poderá acontecer quando a concessionária (ou integrante do mesmo grupo econômico) expandir a extensão ou a capacidade da ferrovia que opera, para atender ao mesmo mercado, em pelo menos 50%. Na prática, a empresa esticará via autorização a malha que já administra, passando a operar ambos os trechos sob o novo modelo.

Nordeste terá novas rotas da Azul no verão (07/10/2021)

Jornal Valor Econômico

A Azul anunciou que vai reforçar suas rotas de voos no Nordeste no verão. Segundo a empresa, será a maior malha de voos de alta temporada da história de Recife (PE) e de toda a região. Serão 628 voos semanais no Estado, sendo que 593 devem partir de Recife com destino a praticamente todas as capitais brasileiras, além de cidades do interior do País. Ao todo, serão 10 novas rotas operadas na capital pernambucana. A oferta, segundo a Azul, deve atingir um milhão de assentos entre chegadas e partidas. Na comparação com os anos anteriores, esse crescimento é superior a 15% no número de voos operados na capital pernambucana e 17% superior ao número de assentos oferecidos no último verão.

Startups do México invadem o Brasil (07/10/2021)

Broadcast

A Kavak, de Roger Laughlin (foto), que atua no mercado de automóveis, encabeça lista de startups que chegaram ao País mirando a aceleração do crescimento.

Depois de startups brasileiras como Nubank, Quintoandar e Ebanx alçarem voo para o México nos últimos anos, chegou a vez de as startups de lá aparecerem por aqui. Atraídas pelas oportunidades no maior mercado de inovação da América Latina, empresas mexicanas estão desembarcando no País de olho em “apimentar” o ecossistema de tecnologia brasileiro.

A chegada que tem feito mais barulho é a da Kavak, que atua na compra e venda de automóveis seminovos e usados online. A empresa oficializou sua operação no Brasil em julho com um investimento inicial de R\$ 2,5 bilhões. No mês passado, ela aumentou as fichas na expansão internacional após levantar um aporte de US\$ 700 milhões.

“Sempre soubemos que iríamos sair do México em algum momento. Considerando o esforço de investir em outro país, faz sentido ir logo para um lugar de alto impacto como o Brasil”, diz Roger Laughlin, um dos fundadores da empresa.

Desde a chegada da Kavak ao Brasil, o ritmo de crescimento tem sido acelerado. A startup iniciou as atividades com 500 funcionários e já chegou a mil pessoas – a princípio, essa era a meta de equipe para dezembro. As seis lojas anunciadas em julho já viraram nove estabelecimentos espalhados pela região metropolitana de São Paulo.

Enquanto a Kavak se restringiu ao México por anos, há quem tenha dado o pulo mais rapidamente. Fundada em 2019, a startup mexicana de supermercados Justo viu a oportunidade de se diferenciar de outras empresas latinas que já estavam no Brasil, como Cornershop e Rappi, por meio de um sistema de fornecimento e armazenamento próprio de produtos perecíveis. “O plano é que, em um ano, a gente atinja um tamanho no mercado brasileiro equivalente ao que conseguimos no México”, afirma Ricardo Martinez, cofundador da startup. Em dois anos de operação, a Justo desenvolveu um app de supermercado desvinculado de lojas físicas. A empresa mantém armazéns onde todos os produtos vendidos pelo app são mantidos, com manuseio, temperatura e condições controladas. A proximidade com produtores é um dos fatores que permitem o estoque desse tipo de produto.

As mexicanas também estão de olho no e-commerce brasileiro, que cresceu 41% em 2020 chegando ao faturamento de R\$ 87,4 bilhões, segundo o estudo da Webshoppers, da consultoria Ebit/nielsen. Com o plano de comprar marcas no Brasil, a holding de comércio eletrônico Valoreo começou a operar no País há três meses.

Fundada em 2020, a Valoreo adquire marcas que colocam seus produtos em marketplaces como Amazon e Mercado Livre. A startup tem hoje 25 marcas em seu portfólio – a atuação lembra a startup Merama, que levantou US\$ 225 milhões na semana passada.

As startups mexicanas estão chegando ao Brasil porque têm dinheiro para isso. Segundo estudo do fundo de investimentos Atlantico, as startups da América Latina devem fechar o ano com um total de investimentos de US\$ 18,6 bilhões – em 2020, foram US\$ 5,3 bilhões. Dentro disso, o México vem se consolidando como o segundo maior mercado de inovação da América Latina, com quatro “unicórnios” (startups avaliadas em US\$ 1 bilhão): a Kavak, a empresa de criptomoedas Bitso, a processadora de pagamentos Clip e a fintech Konfío – essa última atingiu o status bilionário na semana passada, após captar US\$ 110 milhões.

Metade dos IPOS na fila não deve acontecer este ano (07/10/2021)

Broadcast

Pelo menos metade das quase 30 ofertas iniciais de ações (IPOS, na sigla em inglês) em análise na CVM não chegará à Bolsa este ano. Gestores e os banqueiros que estruturam essas operações são unânimes nessa conta. Os gestores - que têm nas mãos os recursos a serem investidos - são ainda mais pessimistas no percentual, já que ainda estão machucados pelas perdas com as ações compradas nos IPOS recentes. Em conversas com investidores, um banqueiro disse que a queda no valor dos ativos é o que mais preocupa, depois da inflação e da China. Por isso, a tendência é entrarem apenas em ofertas maiores, a partir de R\$ 1 bilhão. Mais líquidos, esses papéis são mais fáceis de serem vendidos. Nesta semana, haverá duas ofertas com esse perfil: a da Comerc Energia, com pretensão de captar cerca de R\$ 1,4 bilhão, e a da Environmental ESG Participações, braço de gestão de resíduos da Ambipar, que pretende levantar R\$ 3 bilhões. A Comerc já teria demanda para cobrir 80% da oferta.

No caso da Environmental, o apelo sustentável do negócio, quando se tornar carbono neutro virou mantra dentro das empresas, agrada. Ainda assim, a resposta à pergunta sobre se essas ofertas vão de fato emplacar é: por enquanto, parece que sim.

A verdade é que o mercado de ações é volátil por natureza. Os números mostram que muitas ofertas já aterrissaram na Bolsa este ano. Até setembro, o volume de emissões tanto de empresas já listadas como das que retornaram para captar mais recursos, de R\$ 123,7 bilhões, já supera o total captado em 2020, de R\$ 119,3 bilhões.

Aquisições nas startups de educação (07/10/2021)

Broadcast

A Plataforma A+, startup de educação (edtech), investida de fundos geridos pelo BTG Pactual, acaba de fechar a compra da Unimestre, um dos principais sistemas de gestão educacional do País, por R\$ 28,5 milhões. As duas empresas trabalham com administração de instituições de ensino, com soluções digitais para as áreas

administrativa, financeira, RH, acadêmica, pedagógica, comunicação e de TI. Após a compra, a Plataforma A+ passa de cerca de 40 mil alunos atendidos para 350 mil, além de ingressar no ramo de ensino superior, no qual ainda não atuava. Combinados, os negócios devem somar R\$ 15 milhões de faturamento em 2021, com meta de atingir mais que o dobro em 2022 e quadruplicá-lo em dois anos.

Segundo o CEO da plataforma, Alexandre Sayão, a A+ tem um plano “ambicioso” de comprar outras edtechs. Estão reservados R\$ 85 milhões para aquisições nos próximos dois anos, e há negociações na mesa. A meta é aumentar a penetração em todas as regiões, especialmente Sudeste, Nordeste e Centro-oeste.

A Guardeaqui, empresa dos sócios Pátria Investimentos e Equity International (do megainvestidor Sam Zell), acaba de fechar a compra da startup Booxie, com o objetivo de desbravar uma nova vertente do mercado de guarda-coisas. A Guardeaqui é pioneira na locação de minidepósitos para que pessoas e empresas armazenem objetos por conta própria. Ao todo, são 25 galpões em atividade, o que a coloca na liderança dos mercados.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.***

***Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br***

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.